

EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2023

1. PREÂMBULO:

1.1 O Município de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Pedro Celestino s/n, Centro, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 011 de 05 de Janeiro de 2023, torna público para interessados a abertura **do Processo Licitatório nº 112/2023**, na Modalidade de **Pregão Presencial nº 032/2023**, do Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.793/2008, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21.06.1993 com as alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Toda a legislação supramencionada encontra-se à disposição na Sala da Comissão de Licitações para consulta de quaisquer interessados.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS: a) Julio Cesar Corrêa Junior e Equipe de Apoio: Paloma Medina Leon, Josely Tavares e Fabio Gonzalez Antunes, designados pela Portaria nº 011/2023 de 05 de janeiro de 2023.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **23 de junho de 2023 – às 08h:00min Endereço: Anexo Administrativo (Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, neste Município de Porto Murtinho - MS).**

1.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data prevista, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido desde que não haja comunicação em contrário.

1.4 Do cumprimento de medidas de prevenção durante a pandemia de COVID-19, recomenda-se: vedação de presença, na sessão, de representantes das empresas e de agentes de compras pertencentes ao grupo de risco; disponibilização de máscaras, luvas e álcool gel (70º INPM) para todos os presentes; organização do recinto com afastamento mínimo de 1(um) e 2 (dois) metros de distância entre os presentes; intensificação da higienização das áreas de acesso a sala onde as sessões ocorrerão, além de higienização do próprio recinto, com especial atenção às superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, elevadores etc.); dentre outras.

1.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Porto Murtinho - MS.

2. CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DESDE EDITAL:

ANEXO I – MINUTA DO DE EDITAL
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO V – DECLARAÇÃO.
ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VIII – MODELO DE PROCURAÇÃO PARTICULAR
ANEXO IX – MODELO CREDENCIAMENTO
ANEXO X - DECLARAÇÃO DO CONTADOR – LEI 123/06 ME OU EPP
ANEXO XI – DECLARAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

3.1. Contratação de pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X) e Laudos de Eletrocardiograma (Eletro) + um aparelho em comodato, para atender as demandas do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira e Atenção Primária a Saúde do município de Porto Murtinho, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2 As quantidades e a discriminação detalhada dos serviços, objeto deste edital, constam no Termo de Referência e proposta de preço, parte integrante deste Edital.

3.3. Poderão participar do presente processo PESSOAS JURÍDICAS que atendam aos requisitos do edital e seus anexos e as PESSOAS FÍSICAS, na condição de autônomo.

3.4. O Município de Porto Murtinho - MS, não se responsabilizará por direitos trabalhistas, ficando a cargo da contratada.

3.5 As quantidades e a discriminação detalhada do objeto deste edital, constam no formulário de Termo de Referência, Anexo II, o qual faz parte integrante deste edital.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1 Dar início aos serviços objeto desta Licitação imediatamente após o recebimento da ordem de início.

4.1.2 Realizar os serviços "in loco" por técnicos especializados da empresa,

4.1.3 A realização da transmissão por ondas sonoras não é uma obrigatoriedade, podendo ser sonoro ou digital, é muito importante que o equipamento realize a gravação do exame de forma remota (beira-leito);

4.1.4 Prestar os serviços descritos com presteza, seriedade e objetividade.

4.1.5 Utilizar profissionais que possuam conhecimentos compatíveis ao objeto licitado.

4.1.6 Fornecer suporte técnico durante a vigência contratual, por telefone, fac-símile, e-mail e Internet, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data do termo de recebimento.

4.1.7 Dispor ao atendimento para registro de solicitações de suporte técnico no horário comercial, de 8:00h às 18:00h ininterruptamente, nos dias úteis.

4.1.8 O suporte técnico deverá ser prestado no regime 8x5 (oito horas por dia de segunda-feira à sexta-feira), para solução dos problemas registrados.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar do certame licitatório, pessoas jurídicas ou pessoas físicas (autônomos) que atendam ao objeto desta licitação, regularmente cadastrados neste município ou que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste edital.

5.2. As licitantes que comprovarem o Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

5.3. Que a documentação exigida para Proposta de Preço e Habilitação seja apresentada no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, em **envelopes opacos**, timbrados ou com o carimbo do CNPJ, lacrados e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE "I" – PROPOSTA DE PREÇO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

ENVELOPE "II" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

5.4. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

5.5 Caso eventualmente ocorra à abertura do Envelope II – Habilitação antes do Envelope I – Proposta de Preço, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

5.6. Não poderão concorrer neste **PREGÃO**, licitantes que se enquadrem nas situações a seguir:

5.6.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

5.6.2. Estejam, sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas de participar em licitação, e/ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.6.2.1. No caso de recuperação judicial, não será vedada, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

5.6.3. O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou de responsáveis pela licitação.

5.6.4. Que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e isso a partir dos 14 (quatorze) anos;

5.6.5. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO**;

5.6.6. Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Município de Porto Murtinho/MS ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei 8666/93) ou impedidas (art. 7º, da Lei 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;

5.7. A participação em licitação como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Porto Murtinho/MS, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

6. DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

6.1. Para fins de CREDENCIAMENTO:

6.1.1. No caso de **PESSOA FÍSICA** o proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido de documento pessoal (Carteira de Identidade ou outro documento equivalente que tenha foto ou cópia autenticada) que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

a) Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração (modelo ANEXO), com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.1.2. No caso de **PESSOA JURIDICA**, a Proponente deverá enviar um representante munido de documento que o CREDENCIE à participação, respondendo pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, em uma via ou, se preferir, cópias acompanhadas do original que poderão ser autenticadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou membros do Grupo de Apoio.

a) Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

b) No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer no local, deverá comprovar a responsabilidade por meio da apresentação de Registro comercial no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial; Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações; Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil; Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; Estatuto Social em vigência no caso de Cooperativas e; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MEI.

c) Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração (modelo ANEXO), com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.2. As empresas licitantes interessadas deverão apresentar: **Certidão de Regularidade da Junta Comercial (Certidão Simplificada) da sede da licitante emitido nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista do certame, ou a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO validada pela Junta Comercial ou ainda Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MEI emitido nos últimos 60 (sessenta) dias**, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação, **para comprovação de que a mesma se enquadra na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual**, a fim de estando apta a usufruir do tratamento favorecido do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e alterações, em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO” junto a documentação de credenciamento.

6.2.1. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

6.2.2. A Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento, assim como o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, deverão ser apresentados fora do envelope de proposta e documentação, o qual deverá ser entregue ao(a) Pregoeiro(a) para que a empresa participe de licitação exclusiva prevista na Lei nº123/06.

6.2.3. O credenciamento da licitante como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através da Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento (ME e EPP) e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (MEI).

6.2.4. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como “ME”, “EPP” e “MEI” compete às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.2.5. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123 caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

6.2.6. Os comprovantes de enquadramento da empresa e equiparados, deverão ser apresentados fora do envelope de proposta e documentação, devendo ser entregues ao (a) Pregoeiro (a) para que seja usufruído dos benefícios da Lei nº 123/06.

6.3. Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços, desistir de recurso ou interpô-lo, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive para ofertar nova proposta, quando for o caso.

6.4. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

6.5. É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa licitante, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

6.6. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

6.7. Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

6.8. A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

6.9. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e esteja previsto no instrumento de procuração e/ou credenciamento com poderes específicos para o tal ato.

6.10. A ausência do credenciado a qualquer das fases do certame será interpretada como desistência da prática dos atos a serem realizados no referido momento.

7. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO:

7.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro (a) passa ao recebimento das **DECLARAÇÕES CONFORME MODELOS DOS ANEXOS**:

Anexo III: Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

Anexo X: Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

(Essas Declarações deverão estar fora dos envelopes “III” e “X”).

7.2. Para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em que deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração, nos termos do **modelo** que consta do **ANEXO X** deste Edital, firmada pelo representante legal da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, §4º, da referida lei.

7.3. Em sendo o caso, as declarações (**ANEXO III e ANEXO X**) acima poderão ser providenciadas e estarão à disposição para assinatura dos representantes legais por ocasião da abertura da sessão.

7.4. Objetivando-se a celeridade do processo, o valor mínimo de um lance para o outro **poderá** ser acordado antes do início dos lances entre as licitantes e o Pregoeiro.

7.5. Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido.

7.6. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

7.7. O Pregoeiro providenciará a devolução dos envelopes “documentos de habilitação” dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente, que ficarão retidos até assinatura do Contrato pelo licitante vencedor.

7.8. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.9. A participação na licitação importa total e restrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE “I”):

8.1. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

a) A proposta deverá ser apresentada de duas formas: via impressa e/ou via digital (**PEN DRIVE**).

b) Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais.

b.1) O arquivo eletrônico da proposta estará disponível no site:
<http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=270417102446>

OBS: OBSERVAÇÃO BAIXAR ÚLTIMA VERSÃO.

c) Ser apresentada no formulário fornecido pela Administração Municipal de Porto Murtinho/MS, **Anexo VI** deste edital, ou em formulário próprio que deverá ser digitado eletronicamente ou datilografado, contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas;

d) Apresentar preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta;

e) Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa ou nome da pessoa física autônoma que efetivamente irá executar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, número da conta corrente bancária e agência respectiva. Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase da contratação;

f) Prazo de validade que deverá ser de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

g) Prazo de execução dos serviços será de acordo com Termo de Referência anexo a este edital.

8.2 Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro.

8.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a execução do objeto licitado, conforme disposto no item 8.1, inciso II deste Edital.

8.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.

8.6 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

8.7 A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes. Não contendo prazo de validade na proposta de preços, será considerado como prazo de validade 60 (sessenta) dias.

8.8 A proposta não poderá ser alterada nos quantitativos dos itens bem como na especificação dos mesmos, sendo que quaisquer alterações feitas serão desconsideradas, valendo as especificações constantes da Planilha de Preços do presente edital.

8.9 O valor apresentado para o item cuja especificação tenha sido alterada pelo proponente será considerado válido para a especificação constante daquele item descrito no edital.

8.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

8.11 Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer disposição deste instrumento, sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestações inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que tiverem valores irrisórios ou excessivos do praticado no mercado, aquela que ofertarem alternativas ou não atender as condições estipuladas no termo de referência deste edital.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do Envelope II, contendo a Proposta de Preço, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (**EXAME DE CONFORMIDADE**), sendo imediatamente desclassificados aqueles que estiverem em desacordo.

9.1.1 O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (Classificação das propostas e Habilitação) e obedecerá, quanto à classificação das propostas, ao critério do menor preço por lote do objeto deste Edital.

9.1.2 A etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao valor.

9.1.3 – Durante a etapa de lances não será permitido o uso de celulares para a consulta de preços. Quando convocado pelo Pregoeiro, o licitante desejar efetuar ligações para consulta de preços, ou estiver ausente da sala de licitações seja qual for o motivo, o mesmo perderá o direito ao lance e será excluído da etapa de lances para aquele item.

9.1.3.1 – Somente serão aceitas as consultas efetuadas via telefone na fase de negociação caso o preço do licitante não esteja compatível com o preço médio obtido na consulta ao mercado, quando este tiver interesse em cobrir o preço apurado na pesquisa de mercado.

9.1.4 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

9.2 Etapa de Classificação de Preços:

9.2.1 Serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes.

9.2.2 O (a) Pregoeiro (a) informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para a execução do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

9.2.3 O (a) Pregoeiro (a) fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

9.2.4 O (a) Pregoeiro (a) classificará a licitante da proposta de menor preço lote e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por lote, para que seus autores participem dos lances verbais.

9.2.4.1 O valor máximo, em reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 9.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço por lote, multiplicado por 1,10 (um vírgula dez), desprezando-se a terceira casa decimal.

9.2.5 Quando não houver, pelo menos, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.2.6 Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, lances verbais estes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, ficando esclarecido que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada.

9.2.7 O (a) Pregoeiro (a) convidará os representantes das licitantes classificadas (para os lances verbais), a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escritas classificadas como menor preço por lote, prossequindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

9.2.8 O (a) Pregoeiro (a) poderá estabelecer lances mínimos a serem ofertados de acordo com o item a ser adquirido.

9.2.9 Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.

9.2.10 A desistência em apresentar lance verbal, para determinado item, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, na final da etapa competitiva.

9.2.11 Caso não se efetive nenhum lance verbal, será verificado a compatibilidade entre a proposta escrita de menor preço por lote e o valor estimado para a contratação.

9.2.12 Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivada e expressamente a respeito.

9.2.13 Se a oferta não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao Edital.

9.2.14 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na mesma sessão do Pregão.

9.2.15 Nas situações previstas nos subitens 9.2.10 e 9.2.13, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido o melhor preço para a administração.

9.2.16 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas constantes do item 16, deste Edital.

9.2.17 Será desclassificada a proposta que contiver preço ou execução dos serviços condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, salvo quando o representante da empresa assinar um documento ofertando as condições exigidas no edital;

9.2.18 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

9.3 Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

9.3.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 8.2 e 8.3 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” desta licitante.

9.3.2 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os que apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão inabilitadas.

9.3.3 – As micro empresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.4 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a micro empresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

Parágrafo Único – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.3.5 Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvidos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais.

9.3.6 Se a licitante desatender as exigências licitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo (a) Pregoeiro (a).

9.3.7 Da sessão do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo (a) Pregoeiro (a), sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

9.3.8 Os envelopes com os documentos relativos a habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

9.3.9 Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, será feita pelo (a) Pregoeiro (a), a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos a Autoridade Competente da Administração Municipal de Porto Murtinho - MS, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados a Procuradoria Municipal para apreciação e parecer, e em caso de improvidamento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

10 DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE “II”):

10.1 - É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, os documentos referentes à habilitação, podendo ser em cópia simples, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

10.2. Documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica:

10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;

- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
- c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;
- d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;
- e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) **Estatuto Social** em vigência no caso de Cooperativas;
- g) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI.

10.2.1.1. A Certidão Simplificada, a Declaração de Enquadramento e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

10.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MEI**) em plena validade;
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos a **Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito relativo à Seguridade Social - INSS**, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil), podendo ser apresentada em conjunto ou específica observada a validade;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante **Certificado de Regularidade do FGTS**;

10.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.2.1.2 A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

10.2.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

10.2.3.1 **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data designada para a sessão pública de abertura e recebimento dos envelopes.

10.2.3.1.1 No caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

10.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA JURIDICA:

10.2.4.1. Apresentar 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado em nome da licitante que comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devendo o documento conter o nome, o endereço e o telefone de contato do signatário do atestado.

10.2.5. HABILITAÇÃO FÍSICA:

10.2.5.1 Documentação para Habilitação Pessoa Física (Autônomo).

- a) Cédula de Identidade / RG;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais pessoa física expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Certidão de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. (Fórum)
- e) Comprovante de Residência;
- f) Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo (CNDT), emitida pelos portais da Justiça do Trabalho, na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- g) Prova de regularidade relativa aos Débitos com a fazenda federal, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, emitida pelo portal da receita federal;
- h) Prova de regularidade relativa aos Débitos com a fazenda estadual da sede da pessoa física, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo.

10.2.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA FÍSICA:

a) Apresentar 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado em **nome da pessoa física** que comprove que o mesmo prestou serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, devendo o documento conter o nome, o endereço e o telefone de contato do signatário do atestado.

10.2.7. DECLARAÇÕES: (modelo ANEXO – VIII)

a) Declaração da Licitante (PESSOA JURIDICA) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugere-se o modelo apresentado (ANEXO V), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada somente para pessoa jurídica)**

b) Declaração da Licitante (PESSOA FÍSICA OU JURIDICA) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que conhece e Aceita o teor completo do Edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. Sugerimos o modelo apresentado (ANEXO VI), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada para pessoa jurídica ou física).**

c) Declaração da Licitante (**PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Sugere-se o modelo apresentado (ANEXO VII), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada para pessoa jurídica ou física)**

10.3 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

10.3.1. Não serão aceitas documentação com data de validade vencida.

10.3.2. Os documentos exigidos para habilitação, consoantes o estabelecido nesta seção, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

10.3.3. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

10.3.4. Em conformidade com o art. 3º, I, da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, será dispensado o reconhecimento de firma se for possível confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou assinar o documento diante do Pregoeiro ou Equipe de apoio.

10.3.5. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.

10.3.6. Em caso de omissão, o Pregoeiro admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias da sua apresentação.

10.3.7. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade na sessão pública serão inabilitados.

10.3.8. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticada.

10.3.9 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto nesta seção inabilitará o licitante.

10.3.10 A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela equipe de apoio do prego.

10.3.11. As Microempresas, Empresas de pequeno porte e o Microempreendedor individual deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14).

10.3.11.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, neste caso, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido um melhor preço, ou ainda, revogar a licitação caso seja pertinente (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14).

10.3.12 Quem entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO:

11.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste **EDITAL**, a interessada (qualquer pessoa jurídica) que não o fizer até o **2º (segundo) dia útil** que anteceder a data fixada para abertura da sessão de processamento deste **PREGÃO**, ou aquela Licitante que tenha aceitado suas condições sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso administrativo.

11.1.1. A impugnação ao **EDITAL** deverá ser dirigida ao **Pregoeiro**, ao qual caberá, com auxílio do setor solicitante, a análise e decisão de qualquer ato impugnativo, devendo pronunciá-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.2 Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a impugnação não afetar a formulação das propostas;

11.1.3 A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização deste **PREGÃO**, confere à licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

11.2 Ao final da sessão, depois de declarada a **LICITANTE VENCEDORA**, qualquer Proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando, então, será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões recursais escritas, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1 Não serão admitidos recursos, nem concedido prazo, sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório.

11.2.2 Acolhidas as razões recursais pelo **Pregoeiro**, esta retomará a sessão do **PREGÃO** para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes.

11.2.3 Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, o **Pregoeiro** encaminhará o recurso devidamente informado o Senhor Secretário Municipal de Saúde, que proferirá decisão final e adjudicará o objeto do certame a **LICITANTE VENCEDORA**.

11.2.4 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.5 A falta de manifestação imediata e motivada da Proponente importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação da licitação pelo **Pregoeiro** a **LICITANTE VENCEDORA**.

11.3 A impugnação ou o recurso deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo da Prefeitura **ou** através de e-mail: **licitacao@portomurtinho.ms.gov.br** e deverão observar os seguintes requisitos:

11.3.1 Serem datilografados ou impressos por qualquer processo eletrônico e devidamente fundamentados;

11.3.2 Serem assinados por representante legal da impugnante ou recorrente ou por procurador devidamente habilitado, acompanhados de cópia autenticada do Contrato Social ou instrumento equivalente, e no caso de procurador, também do Instrumento de Procuração devidamente autenticado.

11.3.3 Serão aceitos impugnações e recursos interpostos através de e-mail: **licitacao@portomurtinho.ms.gov.br**

11.4 Os autos deste processo administrativo ficarão com vista franqueada as interessadas no Departamento de Licitações, no horário compreendido das 07 h30min às 17h30min nos dias úteis (horário de Mato Grosso do Sul), conforme endereço constante no preâmbulo deste **EDITAL**.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1 Inexistindo manifestação recursal, o **Pregoeiro**, adjudicará pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, a(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, após o recebimento do processo concluído pelo **Pregoeiro**.

12.2 Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Senhor Secretário Municipal de Saúde, adjudicará e homologará o procedimento licitatório a licitante vencedora.

13. DA CONTRATAÇÃO:

13.1 Será firmado **CONTRATO** com a **LICITANTE VENCEDORA** com base nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2 O prazo para assinatura do **CONTRATO** será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação da Administração Municipal.

13.3 Na hipótese da **LICITANTE VENCEDORA** não assinar o **CONTRATO** no prazo mencionado no item anterior, ou deixar de apresentar os documentos previstos a Administração Municipal convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com o inciso XVI e XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

13.4 As responsabilidades, obrigações, bem como as demais condições constam do instrumento contratual e a ser celebrado com a **LICITANTE VENCEDORA**, conforme **MINUTA DO CONTRATO (ANEXO VII)**.

14. DOS PRAZOS:

14.1 O prazo de vigência e de execução contratual será de **12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja interesse entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.**

14.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.

14.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

14.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 14.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita a existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

14.5. O prazo máximo para o início da prestação de serviços será a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão por conta da dotação abaixo discriminada e para o exercício futuro correrá por conta da dotação que a substituir.

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada APS – Atenção Primária à Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.621(0621) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Código reduzido: (000129)

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.0011 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do Hospital Oscar Ramires Pereira

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.500(0500) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Código reduzido: (000098)

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada APS – Atenção Primária à Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.500(0500) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

Código reduzido: (000125)

15.2 E demais dotações que vierem a substituí-la.

15.3 - O valor máximo disponível para atender a presente despesa é de **R\$ 81.297,44 (Oitenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos).**

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA:

16.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho-MS optou-se por realizar o pregão presencial para prestação de serviços laudos de Radiologia e Eletrocardiograma com previsão de início imediato logo após assinatura do contrato.

16.2 Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias ou substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas no edital.

16.3 As especificações do objeto a ser adquirido pelo município de Porto Murtinho-MS deverá compreender as especificações mínimas contidas no termo referência

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1 Os valores deverão ser fixos e cotados em moeda nacional. Nos preços apresentados deverão estar incluídas todas as despesas com materiais, mão de obra, equipamentos, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, salários e quaisquer outros encargos, quando necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

17.2 Os pagamentos serão efetuados mensalmente em depósito na conta corrente da contratada, cheque ou dinheiro, em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo fiscal de contrato e mediante a entrega do relatório de prestação de serviços, conforme dispõe o art. 40, XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

17.3. As notas fiscais/faturas/recibo que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de seu(a) apresentação válida.

17.4. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**.

17.5. A **CONTRATANTE** efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora, especialmente no que se referem ao INSS, IRRF e ISSQN.

17.6. Não será efetuado qualquer pagamento a **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.7. Os preços poderão ser revistos a requerimento da **CONTRATADA**, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de acordo com alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.8. As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado.

17.9 Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS.

18. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1. A proponente que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais.

18.2. A licitante/contratada estará sujeita a aplicação das seguintes multas:

18.2.1 O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação, a inadimplente, de multa, garantida defesa prévia, no valor equivalente de 0,5% (meio por cento) por dia corrido, até o limite de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor do serviço ou produto não entregue ou entregue fora do prazo, ou ainda em desacordo com as especificações.

18.2.2 Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, bem como pelo descumprimento de normas de legislação de segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinente à execução do objeto contratual, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar multa de 10% do valor do contrato à **CONTRATADA**, independente da aplicação das demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

18.2.3. Pela rescisão do contrato pela **CONTRATADA**, sem justo motivo, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado à **CONTRATADA**.

18.3. Além da multa, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, utilizando critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

18.4. O Município de Porto Murtinho poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas.

18.5. O (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio poderão propor à Administração Pública a revogação ou anulação desta licitação, sem que, disso decorra para as licitantes qualquer direito à indenização, compensação ou reclamação.

18.6. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação o direito de promover as diligências porventura necessárias para complementar à instrução do processo, conforme lhe faculta o § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.7. As eventuais multas aplicadas não eximem a **CONTRATADA** da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO(A):

19.1 São atribuições do **Pregoeiro** podendo:

19.1.1 Visando a maior competitividade, dar tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, nunca superior a 15 (quinze) minutos a partir da hora marcada de início da sessão, sendo as demais licitantes retardatárias, limitadas apenas à participação como ouvintes.

19.1.2 A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes;

19.1.3 Será considerada encerrada a tolerância acima, com o término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 15 (quinze) minutos, o que vier a ocorrer primeiro.

19.1.4 Considerar os erros de transcrição e as informações incompletas dos envelopes e documentos apresentados fora dos envelopes, ou ainda, a inversão dos conteúdos dos envelopes como erros formais, desde que não causem dúvidas ou não atrapalhem o andamento do processo;

19.1.5 Desconsiderar item que por qualquer motivo, inclusive por pedido de licitante, tiver que ser retirado, mantendo a licitação em relação aos demais itens;

19.1.6 Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo documento, tanto na fase de análise das propostas de preços, como na de habilitação;

19.1.7 Solicitar ao representante legal do interessado a complementação de informações, quanto ao telefone ou fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas, dados do representante legal ou quanto à marca e/ou modelo (quanto pertinentes), nos casos em que não tenham sido informados em sua proposta de preços;

19.1.8 Corrigir automaticamente qualquer erro de soma e/ou multiplicação que for detectado na apresentação da proposta de preços, assim como na falta do CNPJ e/ou endereço completo da licitante, preenchendo os dados através dos documentos apresentados dentro do respectivo envelope;

19.1.9 Estabelecer o número máximo de rodadas de lances, fixar o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar às licitantes quando decidir pela última rodada de lances, que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado;

19.1.10 A qualquer tempo, objetivando a otimização da etapa de lances, estabelecer a cada rodada, valor mínimo entre os lances;

19.1.11 Durante a etapa de lances verbais, monitorar os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preços excessivos, ou ainda, negociar diretamente com a licitante, para que seja obtido preço melhor;

19.1.12 Suspender a reunião quando julgar necessário;

19.1.13 Transferir a data de abertura dos envelopes Proposta e Habilitação, por conveniência da Administração Municipal.

19.1.14 Atuar dentro das outras atribuições permitidas pela legislação vigente;

19.1.15 Praticar todos os demais atos inerentes, previstos nos dispositivos legais aplicáveis a esta modalidade licitatória;

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 Serão desclassificadas as propostas que se opuserem a qualquer dispositivos legais vigentes, que consignarem nos preços, descontos excessivos ou manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

20.2. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.**

20.3. Fica assegurado ao Prefeito Municipal, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observadas as disposições contidas no art. 49 da Lei n. 8.666/93.

20.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) pregoeiro (a).

20.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, não cabendo nenhuma indenização nesse sentido.

20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, salvo comunicação ao contrário.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e da exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública da licitação.

20.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem o comprometimento dos princípios que regem a lei de licitações.

20.10. O ato de homologação do procedimento não confere o direito à contratação.

20.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a) com base na legislação vigente.

20.12. Os envelopes contendo a “documentação e propostas” eliminadas do certame ficarão à disposição das licitantes pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do encerramento da licitação, após este período serão destruídos.

20.13. As decisões do (a) Pregoeiro (a) serão consideradas definitivas somente após homologação do procedimento pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde.

20.14. Informações ou esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação somente será admitidas por escrito, devidamente protocoladas e endereçadas ao Setor de Licitação, localizada na Rua Pedro Celestino, s/nº, centro na cidade de Porto Murtinho - MS, até o segundo dia que anteceder a data de recebimento do envelopes I e II no horário das 07h30min às 17h30min.

20.15. No caso da sessão do pregão, vir a ser suspensa ou não se finalizar no mesmo dia, antes de cumpridas todas as fases, os envelopes ainda lacrados, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

20.16. Cópias do edital e seus anexos poderão ser obtidas através de e-mail: licitacaopm@outlook.com ou diretamente no Departamento de Licitação, localizado na Rua Pedro Celestino, s/nº, centro na cidade de Porto Murtinho – MS, no horário das 07h30min às 17h30min ou através do e-mail: licitação@portomurtinho.ms.gov.br

20.17. Fica eleito o foro da cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

21. FISCALIZAÇÃO:

21.1 Será designado o representante, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

22. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

22.1 A adoção do pregão na forma presencial em substituição ao pregão eletrônico justifica-se em decorrência da péssima qualidade no serviço de internet, ficando inviável a utilização do pregão eletrônico. A instabilidade da conexão, bem como a queda constante do sinal são os principais fatores que impedem a contratação através do uso de tecnologia de informação por tratar-se de forma que depende exclusiva e diretamente da qualidade dos serviços de internet, o que não existe no Município de Porto Murtinho/MS.

23. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE RECURSO OU OUTRO DOCUMENTO:

23.1. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:30 horas na Rua Pedro Celestino, s/n, – Centro – Porto Murtinho/MS.

Porto Murtinho-MS, 07 de junho de 2023.

JULIO CESAR CORRÊA JUNIOR
Pregoeiro

MINUTA DO EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2023

1. PREÂMBULO:

1.1 O Município de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Pedro Celestino s/n, Centro, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 011 de 05 de Janeiro de 2023, torna público para interessados a abertura **do Processo Licitatório nº XXX/2023**, na Modalidade de **Pregão Presencial nº XXX/2023**, do Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.793/2008, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21.06.1993 com as alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Toda a legislação supramencionada encontra-se à disposição na Sala da Comissão de Licitações para consulta de quaisquer interessados.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS: a) Julio Cesar Corrêa Junior e Equipe de Apoio: Paloma Medina Leon, Josely Tavares e Fabio Gonzalez Antunes, designados pela Portaria nº 011/2023 de 05 de janeiro de 2023.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **XX de XXXXX de 2023 – às 08h:00min Endereço: Anexo Administrativo (Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, neste Município de Porto Murtinho - MS).**

1.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data prevista, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido desde que não haja comunicação em contrário.

1.4 Do cumprimento de medidas de prevenção durante a pandemia de COVID-19, recomenda-se: vedação de presença, na sessão, de representantes das empresas e de agentes de compras pertencentes ao grupo de risco; disponibilização de máscaras, luvas e álcool gel (70º INPM) para todos os presentes; organização do recinto com afastamento mínimo de 1(um) e 2 (dois) metros de distância entre os presentes; intensificação da higienização das áreas de acesso a sala onde as sessões ocorrerão, além de higienização do próprio recinto, com especial atenção às superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, elevadores etc.); dentre outras.

1.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Porto Murtinho - MS.

2. CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DESDE EDITAL:

ANEXO I – MINUTA DO DE EDITAL
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO V – DECLARAÇÃO.
ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VIII – MODELO DE PROCURAÇÃO PARTICULAR
ANEXO IX – MODELO CREDENCIAMENTO
ANEXO X - DECLARAÇÃO DO CONTADOR – LEI 123/06 ME OU EPP
ANEXO XI – DECLARAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

3.1. Contratação de pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X) e Laudos de Eletrocardiograma (Eletro) + um aparelho em comodato, para atender as demandas do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira e Atenção Primária a Saúde do município de Porto Murtinho, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2 As quantidades e a discriminação detalhada dos serviços, objeto deste edital, constam no Termo de Referência e proposta de preço, parte integrante deste Edital.

3.3. Poderão participar do presente processo PESSOAS JURÍDICAS que atendam aos requisitos do edital e seus anexos e as PESSOAS FÍSICAS, na condição de autônomo.

3.4. O Município de Porto Murtinho - MS, não se responsabilizará por direitos trabalhistas, ficando a cargo da contratada.

3.5 As quantidades e a discriminação detalhada do objeto deste edital, constam no formulário de Termo de Referência, Anexo II, o qual faz parte integrante deste edital.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1 Dar início aos serviços objeto desta Licitação imediatamente após o recebimento da ordem de início.

4.1.2 Realizar os serviços "in loco" por técnicos especializados da empresa,

4.1.3 A realização da transmissão por ondas sonoras não é uma obrigatoriedade, podendo ser sonoro ou digital, é muito importante que o equipamento realize a gravação do exame de forma remota (beira-leito);

4.1.4 Prestar os serviços descritos com presteza, seriedade e objetividade.

4.1.5 Utilizar profissionais que possuam conhecimentos compatíveis ao objeto licitado.

4.1.6 Fornecer suporte técnico durante a vigência contratual, por telefone, fac-símile, e-mail e Internet, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data do termo de recebimento.

4.1.7 Dispor ao atendimento para registro de solicitações de suporte técnico no horário comercial, de 8:00h às 18:00h ininterruptamente, nos dias úteis.

4.1.8 O suporte técnico deverá ser prestado no regime 8x5 (oito horas por dia de segunda-feira à sexta-feira), para solução dos problemas registrados.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar do certame licitatório, pessoas jurídicas ou pessoas físicas (autônomos) que atendam ao objeto desta licitação, regularmente cadastrados neste município ou que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste edital.

5.2. As licitantes que comprovarem o Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

5.3. Que a documentação exigida para Proposta de Preço e Habilitação seja apresentada no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, em **envelopes opacos**, timbrados ou com o carimbo do CNPJ, lacrados e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE "I" – PROPOSTA DE PREÇO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

ENVELOPE "II" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

5.4. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

5.5 Caso eventualmente ocorra à abertura do Envelope II – Habilitação antes do Envelope I – Proposta de Preço, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

5.6. Não poderão concorrer neste **PREGÃO**, licitantes que se enquadrem nas situações a seguir:

5.6.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

5.6.2. Estejam, sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas de participar em licitação, e/ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.6.2.1. No caso de recuperação judicial, não será vedada, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

5.6.3. O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou de responsáveis pela licitação.

5.6.4. Que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e isso a partir dos 14 (quatorze) anos;

5.6.5. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO**;

5.6.6. Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Município de Porto Murtinho/MS ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei 8666/93) ou impedidas (art. 7º, da Lei 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;

5.7. A participação em licitação como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Porto Murtinho/MS, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

6. DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

6.1. Para fins de CREDENCIAMENTO:

6.1.1. No caso de **PESSOA FÍSICA** o proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido de documento pessoal (Carteira de Identidade ou outro documento equivalente que tenha foto ou cópia autenticada) que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

b) Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração (modelo ANEXO), com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.1.2. No caso de **PESSOA JURIDICA**, a Proponente deverá enviar um representante munido de documento que o CREDENCIE à participação, respondendo pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se entregando cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, em uma via ou, se preferir, cópias acompanhadas do original que poderão ser autenticadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou membros do Grupo de Apoio.

a) Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

b) No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer no local, deverá comprovar a responsabilidade por meio da apresentação de Registro comercial no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial; Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações; Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil; Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; Estatuto Social em vigência no caso de Cooperativas e; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MEI.

c) Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração (modelo ANEXO), com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.2. As empresas licitantes interessadas deverão apresentar: **Certidão de Regularidade da Junta Comercial (Certidão Simplificada) da sede da licitante emitido nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista do certame, ou a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO validada pela Junta Comercial ou ainda Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI para MEI emitido nos últimos 60 (sessenta) dias**, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação, **para comprovação de que a mesma se enquadra na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual**, a fim de estando apta a usufruir do tratamento favorecido do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e alterações, em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO” junto a documentação de credenciamento.

6.2.1. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

6.2.2. A Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento, assim como o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, deverão ser apresentados fora do envelope de proposta e documentação, o qual deverá ser entregue ao(a) Pregoeiro(a) para que a empresa participe de licitação exclusiva prevista na Lei nº123/06.

6.2.3. O credenciamento da licitante como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através da Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento (ME e EPP) e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (MEI).

6.2.4. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como “ME”, “EPP” e “MEI” compete às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.2.5. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123 caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

6.2.6. Os comprovantes de enquadramento da empresa e equiparados, deverão ser apresentados fora do envelope de proposta e documentação, devendo ser entregues ao (a) Pregoeiro (a) para que seja usufruído dos benefícios da Lei nº 123/06.

6.3. Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços, desistir de recurso ou interpô-lo, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive para ofertar nova proposta, quando for o caso.

6.4. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

6.5. É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa licitante, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

6.6. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

6.7. Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

6.8. A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

6.9. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e esteja previsto no instrumento de procuração e/ou credenciamento com poderes específicos para o tal ato.

6.10. A ausência do credenciado a qualquer das fases do certame será interpretada como desistência da prática dos atos a serem realizados no referido momento.

7. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO:

7.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro (a) passa ao recebimento das **DECLARAÇÕES CONFORME MODELOS DOS ANEXOS**:

Anexo III: Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

Anexo X: Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

(Essas Declarações deverão estar fora dos envelopes “III” e “X”).

7.2. Para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em que deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração, nos termos do **modelo** que consta do **ANEXO X** deste Edital, firmada pelo representante legal da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, §4º, da referida lei.

7.3. Em sendo o caso, as declarações (**ANEXO III e ANEXO X**) acima poderão ser providenciadas e estarão à disposição para assinatura dos representantes legais por ocasião da abertura da sessão.

7.4. Objetivando-se a celeridade do processo, o valor mínimo de um lance para o outro **poderá** ser acordado antes do início dos lances entre as licitantes e o Pregoeiro.

7.5. Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido.

7.6. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

7.7. O Pregoeiro providenciará a devolução dos envelopes “documentos de habilitação” dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente, que ficarão retidos até assinatura do Contrato pelo licitante vencedor.

7.8. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.9. A participação na licitação importa total e restrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE “I”):

8.1. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

c) A proposta deverá ser apresentada de duas formas: via impressa e/ou via digital (**PEN DRIVE**).

d) Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais.

b.1) O arquivo eletrônico da proposta estará disponível no site:
<http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=270417102446>
OBS: OBSERVAÇÃO BAIXAR ÚLTIMA VERSÃO.

h) Ser apresentada no formulário fornecido pela Administração Municipal de Porto Murtinho/MS, **Anexo VI** deste edital, ou em formulário próprio que deverá ser digitado eletronicamente ou datilografado, contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas;

i) Apresentar preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta;

j) Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa ou nome da pessoa física autônoma que efetivamente irá executar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, número da conta corrente bancária e agência respectiva. Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase da contratação;

k) Prazo de validade que deverá ser de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

l) Prazo de execução dos serviços será de acordo com Termo de Referência anexo a este edital.

8.2 Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro.

8.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a execução do objeto licitado, conforme disposto no item 8.1, inciso II deste Edital.

8.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.

8.6 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

8.7 A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes. Não contendo prazo de validade na proposta de preços, será considerado como prazo de validade 60 (sessenta) dias.

8.8 A proposta não poderá ser alterada nos quantitativos dos itens bem como na especificação dos mesmos, sendo que quaisquer alterações feitas serão desconsideradas, valendo as especificações constantes da Planilha de Preços do presente edital.

8.9 O valor apresentado para o item cuja especificação tenha sido alterada pelo proponente será considerado válido para a especificação constante daquele item descrito no edital.

8.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

8.11 Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer disposição deste instrumento, sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestações inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que tiverem valores irrisórios ou excessivos do praticado no mercado, aquela que ofertarem alternativas ou não atender as condições estipuladas no termo de referência deste edital.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do Envelope II, contendo a Proposta de Preço, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (**EXAME DE CONFORMIDADE**), sendo imediatamente desclassificados aqueles que estiverem em desacordo.

9.1.1 O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (Classificação das propostas e Habilitação) e obedecerá, quanto à classificação das propostas, ao critério do menor preço por lote do objeto deste Edital.

9.1.2 A etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao valor.

9.1.3 – Durante a etapa de lances não será permitido o uso de celulares para a consulta de preços. Quando convocado pelo Pregoeiro, o licitante desejar efetuar ligações para consulta de preços, ou estiver ausente da sala de licitações seja qual for o motivo, o mesmo perderá o direito ao lance e será excluído da etapa de lances para aquele item.

9.1.3.1 – Somente serão aceitas as consultas efetuadas via telefone na fase de negociação caso o preço do licitante não esteja compatível com o preço médio obtido na consulta ao mercado, quando este tiver interesse em cobrir o preço apurado na pesquisa de mercado.

9.1.4 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

9.2 Etapa de Classificação de Preços:

9.2.1 Serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes.

9.2.2 O (a) Pregoeiro (a) informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para a execução do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

9.2.3 O (a) Pregoeiro (a) fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

9.2.4 O (a) Pregoeiro (a) classificará a licitante da proposta de menor preço lote e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por lote, para que seus autores participem dos lances verbais.

9.2.4.1 O valor máximo, em reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 9.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço por lote, multiplicado por 1,10 (um vírgula dez), desprezando-se a terceira casa decimal.

9.2.5 Quando não houver, pelo menos, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.2.6 Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, lances verbais estes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, ficando esclarecido que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada.

9.2.7 O (a) Pregoeiro (a) convidará os representantes das licitantes classificadas (para os lances verbais), a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escritas classificadas como menor preço por lote, prossequindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

9.2.8 O (a) Pregoeiro (a) poderá estabelecer lances mínimos a serem ofertados de acordo com o item a ser adquirido.

9.2.9 Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.

9.2.10 A desistência em apresentar lance verbal, para determinado item, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, na final da etapa competitiva.

9.2.11 Caso não se efetive nenhum lance verbal, será verificado a compatibilidade entre a proposta escrita de menor preço por lote e o valor estimado para a contratação.

9.2.12 Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivada e expressamente a respeito.

9.2.13 Se a oferta não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao Edital.

9.2.14 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na mesma sessão do Pregão.

9.2.15 Nas situações previstas nos subitens 9.2.10 e 9.2.13, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido o melhor preço para a administração.

9.2.16 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas constantes do item 16, deste Edital.

9.2.17 Será desclassificada a proposta que contiver preço ou execução dos serviços condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, salvo quando o representante da empresa assinar um documento ofertando as condições exigidas no edital;

9.2.18 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

9.3 Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

9.3.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 8.2 e 8.3 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

9.3.2 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os que apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão inabilitadas.

9.3.3 – As micro empresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.4 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a micro empresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

Parágrafo Único – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.3.5 Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvidos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais.

9.3.6 Se a licitante desatender as exigências licitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo (a) Pregoeiro (a).

9.3.7 Da sessão do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo (a) Pregoeiro (a), sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

9.3.8 Os envelopes com os documentos relativos a habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

9.3.9 Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, será feita pelo (a) Pregoeiro (a), a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos a Autoridade Competente da Administração Municipal de Porto Murtinho - MS, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados a Procuradoria Municipal para apreciação e parecer, e em caso de improvidamento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

10 DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE “II”):

10.1 - É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, os documentos referentes à habilitação, podendo ser em cópia simples, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

10.2. Documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica:

10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

h) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;

i) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;

j) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;

k) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;

l) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;

m) **Estatuto Social** em vigência no caso de Cooperativas;

n) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI.

10.2.1.1. A Certidão Simplificada, a Declaração de Enquadramento e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

10.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

f) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MEI**) em plena validade;

g) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;

h) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;

i) Certidão Negativa de Débitos relativos a **Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito relativo à Seguridade Social - INSS**, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil), podendo ser apresentada em conjunto ou específica observada a validade;

j) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante **Certificado de Regularidade do FGTS**;

10.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.2.1.2 A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

10.2.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

10.2.3.1 **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data designada para a sessão pública de abertura e recebimento dos envelopes.

10.2.3.1.1 No caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

10.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA JURIDICA:

10.2.4.1. Apresentar 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado em nome da licitante que comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devendo o documento conter o nome, o endereço e o telefone de contato do signatário do atestado.

10.2.5. HABILITAÇÃO FÍSICA:

10.2.5.1 Documentação para Habilitação Pessoa Física (Autônomo).

- c) Cédula de Identidade / RG;
- d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais pessoa física expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Certidão de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. (Fórum)
- e) Comprovante de Residência;
- f) Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo (CNDT), emitida pelos portais da Justiça do Trabalho, na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- g) Prova de regularidade relativa aos Débitos com a fazenda federal, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, emitida pelo portal da receita federal;
- h) Prova de regularidade relativa aos Débitos com a fazenda estadual da sede da pessoa física, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo.

10.2.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA FÍSICA:

a) Apresentar 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado em **nome da pessoa física** que comprove que o mesmo prestou serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, devendo o documento conter o nome, o endereço e o telefone de contato do signatário do atestado.

10.2.7. DECLARAÇÕES: (modelo ANEXO – VIII)

d) Declaração da Licitante (PESSOA JURIDICA) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugere-se o modelo apresentado (ANEXO V), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada somente para pessoa jurídica)**

e) Declaração da Licitante (PESSOA FÍSICA OU JURIDICA) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que conhece e Aceita o teor completo do Edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. Sugerimos o modelo apresentado (ANEXO VI), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada para pessoa jurídica ou física).**

f) Declaração da Licitante (**PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**) em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Sugere-se o modelo apresentado (ANEXO VII), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. Identificar quem assinou. **(deve ser apresentada para pessoa jurídica ou física)**

10.3 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

10.3.1. Não serão aceitas documentação com data de validade vencida.

10.3.2. Os documentos exigidos para habilitação, consoantes o estabelecido nesta seção, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

10.3.3. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

10.3.4. Em conformidade com o art. 3º, I, da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, será dispensado o reconhecimento de firma se for possível confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou assinar o documento diante do Pregoeiro ou Equipe de apoio.

10.3.5. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.

10.3.6. Em caso de omissão, o Pregoeiro admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias da sua apresentação.

10.3.7. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade na sessão pública serão inabilitados.

10.3.8. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticada.

10.3.9 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto nesta seção inabilitará o licitante.

10.3.10 A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela equipe de apoio do prego.

10.3.11. As Microempresas, Empresas de pequeno porte e o Microempreendedor individual deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14).

10.3.11.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, neste caso, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido um melhor preço, ou ainda, revogar a licitação caso seja pertinente (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14).

10.3.12 Quem entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO:

11.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste **EDITAL**, a interessada (qualquer pessoa jurídica) que não o fizer até o **2º (segundo) dia útil** que anteceder a data fixada para abertura da sessão de processamento deste **PREGÃO**, ou aquela Licitante que tenha aceitado suas condições sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso administrativo.

11.1.1. A impugnação ao **EDITAL** deverá ser dirigida ao **Pregoeiro**, ao qual caberá, com auxílio do setor solicitante, a análise e decisão de qualquer ato impugnativo, devendo pronunciá-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.2 Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a impugnação não afetar a formulação das propostas;

11.1.3 A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização deste **PREGÃO**, confere à licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

11.2 Ao final da sessão, depois de declarada a **LICITANTE VENCEDORA**, qualquer Proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando, então, será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões recursais escritas, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1 Não serão admitidos recursos, nem concedido prazo, sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório.

11.2.2 Acolhidas as razões recursais pelo **Pregoeiro**, esta retomará a sessão do **PREGÃO** para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes.

11.2.3 Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, o **Pregoeiro** encaminhará o recurso devidamente informado o Senhor Secretário Municipal de Saúde, que proferirá decisão final e adjudicará o objeto do certame a **LICITANTE VENCEDORA**.

11.2.4 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.5 A falta de manifestação imediata e motivada da Proponente importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação da licitação pelo **Pregoeiro** a **LICITANTE VENCEDORA**.

11.3 A impugnação ou o recurso deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo da Prefeitura **ou** através de e-mail: **licitacao@portomurtinho.ms.gov.br** e deverão observar os seguintes requisitos:

11.3.1 Serem datilografados ou impressos por qualquer processo eletrônico e devidamente fundamentados;

11.3.2 Serem assinados por representante legal da impugnante ou recorrente ou por procurador devidamente habilitado, acompanhados de cópia autenticada do Contrato Social ou instrumento equivalente, e no caso de procurador, também do Instrumento de Procuração devidamente autenticado.

11.3.3 Serão aceitos impugnações e recursos interpostos através de e-mail: **licitacao@portomurtinho.ms.gov.br**

11.4 Os autos deste processo administrativo ficarão com vista franqueada as interessadas no Departamento de Licitações, no horário compreendido das 07 h30min às 17h30min nos dias úteis (horário de Mato Grosso do Sul), conforme endereço constante no preâmbulo deste **EDITAL**.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1 Inexistindo manifestação recursal, o **Pregoeiro**, adjudicará pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, a(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, após o recebimento do processo concluído pelo **Pregoeiro**.

12.2 Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Senhor Secretário Municipal de Saúde, adjudicará e homologará o procedimento licitatório a licitante vencedora.

13. DA CONTRATAÇÃO:

13.1 Será firmado **CONTRATO** com a **LICITANTE VENCEDORA** com base nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2 O prazo para assinatura do **CONTRATO** será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação da Administração Municipal.

13.3 Na hipótese da **LICITANTE VENCEDORA** não assinar o **CONTRATO** no prazo mencionado no item anterior, ou deixar de apresentar os documentos previstos a Administração Municipal convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com o inciso XVI e XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

13.4 As responsabilidades, obrigações, bem como as demais condições constam do instrumento contratual e a ser celebrado com a **LICITANTE VENCEDORA**, conforme **MINUTA DO CONTRATO (ANEXO VII)**.

14. DOS PRAZOS:

14.1 O prazo de vigência e de execução contratual será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja interesse entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

14.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.

14.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

14.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 14.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita a existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

14.5. O prazo máximo para o início da prestação de serviços será a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão por conta da dotação abaixo discriminada e para o exercício futuro correrá por conta da dotação que a substituir.

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada APS – Atenção Primária à Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.621(0621) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Código reduzido: (000129)

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.0011 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do Hospital Oscar Ramires Pereira

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.500(0500) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Código reduzido: (000098)

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada APS – Atenção Primária à Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.500(0500) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

Código reduzido: (000125)

15.2 E demais dotações que vierem a substituí-la.

15.3 - O valor máximo disponível para atender a presente despesa é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA:

16.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho-MS optou-se por realizar o pregão presencial para prestação de serviços laudos de Radiologia e Eletrocardiograma com previsão de início imediato logo após assinatura do contrato.

16.2 Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias ou substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas no edital.

16.3 As especificações do objeto a ser adquirido pelo município de Porto Murtinho-MS deverá compreender as especificações mínimas contidas no termo referência

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1 Os valores deverão ser fixos e cotados em moeda nacional. Nos preços apresentados deverão estar incluídas todas as despesas com materiais, mão de obra, equipamentos, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, salários e quaisquer outros encargos, quando necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

17.2 Os pagamentos serão efetuados mensalmente em depósito na conta corrente da contratada, cheque ou dinheiro, em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo fiscal de contrato e mediante a entrega do relatório de prestação de serviços, conforme dispõe o art. 40, XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

17.3. As notas fiscais/faturas/recibo que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de seu(a) apresentação válida.

17.4. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**.

17.5. A **CONTRATANTE** efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora, especialmente no que se referem ao INSS, IRRF e ISSQN.

17.6. Não será efetuado qualquer pagamento a **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.7. Os preços poderão ser revistos a requerimento da **CONTRATADA**, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de acordo com alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.8. As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado.

17.9 Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS.

18. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1. A proponente que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais.

18.2. A licitante/contratada estará sujeita a aplicação das seguintes multas:

18.2.1 O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação, a inadimplente, de multa, garantida defesa prévia, no valor equivalente de 0,5% (meio por cento) por dia corrido, até o limite de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor do serviço ou produto não entregue ou entregue fora do prazo, ou ainda em desacordo com as especificações.

18.2.2 Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, bem como pelo descumprimento de normas de legislação de segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinente à execução do objeto contratual, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar multa de 10% do valor do contrato à **CONTRATADA**, independente da aplicação das demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

18.2.3. Pela rescisão do contrato pela **CONTRATADA**, sem justo motivo, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado à **CONTRATADA**.

18.3. Além da multa, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, utilizando critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

18.4. O Município de Porto Murtinho poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas.

18.5. O (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio poderão propor à Administração Pública a revogação ou anulação desta licitação, sem que, disso decorra para as licitantes qualquer direito à indenização, compensação ou reclamação.

18.6. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação o direito de promover as diligências porventura necessárias para complementar à instrução do processo, conforme lhe faculta o § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.7. As eventuais multas aplicadas não eximem a **CONTRATADA** da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO(A):

19.1 São atribuições do **Pregoeiro** podendo:

19.1.1 Visando a maior competitividade, dar tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, nunca superior a 15 (quinze) minutos a partir da hora marcada de início da sessão, sendo as demais licitantes retardatárias, limitadas apenas à participação como ouvintes.

19.1.2 A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes;

19.1.3 Será considerada encerrada a tolerância acima, com o término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 15 (quinze) minutos, o que vier a ocorrer primeiro.

19.1.4 Considerar os erros de transcrição e as informações incompletas dos envelopes e documentos apresentados fora dos envelopes, ou ainda, a inversão dos conteúdos dos envelopes como erros formais, desde que não causem dúvidas ou não atrapalhem o andamento do processo;

19.1.5 Desconsiderar item que por qualquer motivo, inclusive por pedido de licitante, tiver que ser retirado, mantendo a licitação em relação aos demais itens;

19.1.6 Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo documento, tanto na fase de análise das propostas de preços, como na de habilitação;

19.1.7 Solicitar ao representante legal do interessado a complementação de informações, quanto ao telefone ou fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas, dados do representante legal ou quanto à marca e/ou modelo (quanto pertinentes), nos casos em que não tenham sido informados em sua proposta de preços;

19.1.8 Corrigir automaticamente qualquer erro de soma e/ou multiplicação que for detectado na apresentação da proposta de preços, assim como na falta do CNPJ e/ou endereço completo da licitante, preenchendo os dados através dos documentos apresentados dentro do respectivo envelope;

19.1.9 Estabelecer o número máximo de rodadas de lances, fixar o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar às licitantes quando decidir pela última rodada de lances, que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado;

19.1.10 A qualquer tempo, objetivando a otimização da etapa de lances, estabelecer a cada rodada, valor mínimo entre os lances;

19.1.11 Durante a etapa de lances verbais, monitorar os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preços excessivos, ou ainda, negociar diretamente com a licitante, para que seja obtido preço melhor;

19.1.12 Suspender a reunião quando julgar necessário;

19.1.13 Transferir a data de abertura dos envelopes Proposta e Habilitação, por conveniência da Administração Municipal.

19.1.14 Atuar dentro das outras atribuições permitidas pela legislação vigente;

19.1.15 Praticar todos os demais atos inerentes, previstos nos dispositivos legais aplicáveis a esta modalidade licitatória;

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 Serão desclassificadas as propostas que se opuserem a qualquer dispositivos legais vigentes, que consignarem nos preços, descontos excessivos ou manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

20.2. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.**

20.3. Fica assegurado ao Prefeito Municipal, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observadas as disposições contidas no art. 49 da Lei n. 8.666/93.

20.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) pregoeiro (a).

20.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, não cabendo nenhuma indenização nesse sentido.

20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, salvo comunicação ao contrário.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e da exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública da licitação.

20.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem o comprometimento dos princípios que regem a lei de licitações.

20.10. O ato de homologação do procedimento não confere o direito à contratação.

20.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a) com base na legislação vigente.

20.12. Os envelopes contendo a “documentação e propostas” eliminadas do certame ficarão à disposição das licitantes pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do encerramento da licitação, após este período serão destruídos.

20.13. As decisões do (a) Pregoeiro (a) serão consideradas definitivas somente após homologação do procedimento pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde.

20.14. Informações ou esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação somente será admitidas por escrito, devidamente protocoladas e endereçadas ao Setor de Licitação, localizada na Rua Pedro Celestino, s/nº, centro na cidade de Porto Murtinho - MS, até o segundo dia que anteceder a data de recebimento do envelopes I e II no horário das 07h30min às 17h30min.

20.15. No caso da sessão do pregão, vir a ser suspensa ou não se finalizar no mesmo dia, antes de cumpridas todas as fases, os envelopes ainda lacrados, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

20.16. Cópias do edital e seus anexos poderão ser obtidas através de e-mail: licitacaopm@outlook.com ou diretamente no Departamento de Licitação, localizado na Rua Pedro Celestino, s/nº, centro na cidade de Porto Murtinho – MS, no horário das 07h30min às 17h30min ou através do e-mail: licitação@portomurtinho.ms.gov.br

20.17. Fica eleito o foro da cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

21. FISCALIZAÇÃO:

21.1 Será designado o representante, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

22. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

22.1 A adoção do pregão na forma presencial em substituição ao pregão eletrônico justifica-se em decorrência da péssima qualidade no serviço de internet, ficando inviável a utilização do pregão eletrônico. A instabilidade da conexão, bem como a queda constante do sinal são os principais fatores que impedem a contratação através do uso de tecnologia de informação por tratar-se de forma que depende exclusiva e diretamente da qualidade dos serviços de internet, o que não existe no Município de Porto Murtinho/MS.

23. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE RECURSO OU OUTRO DOCUMENTO:

23.1. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:30 horas na Rua Pedro Celestino, s/n, – Centro – Porto Murtinho/MS.

Porto Murtinho-MS, XX de XXXXXX de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

ANEXO II
TERMO DE REFERENCIA

1 - UNIDADE REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Saúde

2 - OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de pessoa Física e ou jurídica para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X) e Laudos de Eletrocardiograma (Eletro) + um aparelho em comodato, para atender as demandas do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira e Atenção Primária a Saúde do município de Porto Murtinho, pelo período de 12 (doze) meses

2.1 DESCRIÇÃO E QUANTIDADE.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO
LOTE 1			
01	12	MÊS	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter eletivo), prazo de entrega 24H no mínimo de 120 exames. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.</p> <p>COMODATO: 1 (um) Aparelho de Eletrocardiograma em comodato, 7-12 derivações acompanhado por um visor e teclado, a versão básica pode adquirir e transmitir um traçado de ECG no formato analógico para um PC remoto através de ondas sonoras. O aparelho tem a possibilidade opcional de armazenamento de até 75 ECG no formato digital SPC e de transmitir os dados para o PC via cabo USB ou através de uma conexão sem fios utilizando o Bluetooth. Pilhas AA recarregáveis ou padrão; • Sistema de visualização que permite pelo menos 1 canal de ECG para ser monitorado (serviço de proteção por senha, desabilitado de fábrica); • Teclado funcional para operações de gravações e envio de testes de ECG; • Teclado minimizado alfanumérico para dar entrada nos dados do paciente (desabilitado no produto básico); • Habilidade para arquivar e armazenar 12 derivações padrão com um cabo de 10 vias, ou 7 derivações (6 periféricas e 1 precordial) adquiridas com um cabo de 5 vias; • Habilidade para estocar um teste de ECG por 10 segundos em formatos de 12 ou 7 derivações; • Habilidade para transmitir ECG em formato análogo via ondas sonoras; Especificações funcionais opcionais: • Opção Digital, acompanhado dos cabos para realização do exame.</p> <p>Manutenção preventiva, corretiva e calibração pelo tempo de uso, por conta do fornecedor, sempre substituindo o equipamento quando necessário para não haver interrupção no serviço.</p>
02	60	UND	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter eletivo, prazo de entrega 24H, será cobrado por exame, somente após exceder quantitativo mínimo de 120 exames, previsto no item anterior. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.</p>
LOTE 2			
03	12	MÊS	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter URGÊNCIA, prazo de entrega em até 15 MINUTOS com no mínimo de 60 exames. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital.</p> <p>COMODATO: 1 (um) Aparelho de Eletrocardiograma em comodato, 7-12 derivações acompanhado por um visor e teclado, a versão básica pode adquirir e transmitir um traçado de ECG no formato analógico para um PC</p>

			remoto através de ondas sonoras. O aparelho tem a possibilidade opcional de armazenamento de até 75 ECG no formato digital SPC e de transmitir os dados para o PC via cabo USB ou através de uma conexão sem fios utilizando o Bluetooth. Pilhas AA recarregáveis ou padrão; • Sistema de visualização que permite pelo menos 1 canal de ECG para ser monitorado (serviço de proteção por senha, desabilitado de fábrica); • Teclado funcional para operações de gravações e envio de testes de ECG; • Teclado minimizado alfanumérico para dar entrada nos dados do paciente (desabilitado no produto básico); • Habilidade para arquivar e armazenar 12 derivações padrão com um cabo de 10 vias, ou 7 derivações (6 periféricas e 1 precordial) adquiridas com um cabo de 5 vias; • Habilidade para estocar um teste de ECG por 10 segundos em formatos de 12 ou 7 derivações; • Habilidade para transmitir ECG em formato análogo via ondas sonoras; Especificações funcionais opcionais: • Opção Digital, acompanhado dos cabos para realização do exame. Manutenção preventiva, corretiva e calibração pelo tempo de uso, por conta do fornecedor, sempre substituindo o equipamento quando necessário para não haver interrupção no serviço.
04	60	UND	SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter URGÊNCIA , prazo de entrega em até 15 MINUTOS , será cobrado por exame, somente após exceder o quantitativo mínimo de 60 exames, previsto no item anterior . Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital.
			LOTE 3
05	6.000	Unid	SERVIÇO DE TELEMEDICINA RADIOLÓGICA. Interpretação e emissão de Laudos de Exames de Raio-X de caráter eletivo e de urgência para pacientes internados e ambulatorial através de imagem digitalizada e/ou arquivo DCM/DICOM, com equipe radiológica a disposição 24 horas por dia, os exames deverão ser respondidos em até 24 H. atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.

3.JUSTIFICATIVA

O Serviço consiste na contratação de empresa para prestação de serviço especializado na emissão de Laudos Radiológicos (Raio X) e Laudos de Eletrocardiograma (Eletro) + um aparelho em comodato, a fim de atender os pacientes do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira.

O serviço solicitado é contínuo e não pode ser interrompido, pois a não realização destes exames provocaria falha no atendimento ao paciente, falta de diagnóstico e incapacidade de apontar quais procedimentos deve ser realizada.

4 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

4.1 - A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PELO QUAL A LICITANTE VENCEDORA SE OBRIGA A:

- 4.1.1 Dar início aos serviços objeto desta Licitação imediatamente após o recebimento da ordem de início.
- 4.1.2 Realizar os serviços "in loco" por técnicos especializados da empresa,
- 4.1.3 A realização da transmissão por ondas sonoras não é uma obrigatoriedade, podendo ser sonoro ou digital, é muito importante que o equipamento realize a gravação do exame de forma remota (beira-leito);
- 4.1.4 Prestar os serviços descritos com presteza, seriedade e objetividade.
- 4.1.5 Utilizar profissionais que possuam conhecimentos compatíveis ao objeto licitado.
- 4.1.6 Fornecer suporte técnico durante a vigência contratual, por telefone, fac-símile, e-mail e Internet, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data do termo de recebimento.
- 4.1.7 Dispor ao atendimento para registro de solicitações de suporte técnico no horário comercial, de 8:00h às 18:00h ininterruptamente, nos dias úteis.
- 4.1.8 O suporte técnico deverá ser prestado no regime 8x5 (oito horas por dia desegunda-feira à sexta-feira), para solução dos problemas registrados.

4.2 - OS PRAZOS PARA OS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS SERÁ:

4.2.1 - Para os Laudos de Exames Cardiológicos de rotina: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**

4.2.2 - Para os Laudos de Exames Cardiológicos de pacientes internados:deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**

4.2.3 - Para os Laudosde Exames Cardiológicos em caráter de urgência: deverão ser respondidos no prazo máximo de **15 minutos, contadas a partir do envio do mesmo.**

4.2.4 - Para os Laudosde Exames de Raio- X de rotina: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**

4.2.5 - Para os Laudosde Exames de Raio- X de pacientes internados: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**

4.2.6 - Constatada qualquer irregularidade na entrega do serviço, a empresa vencedora da Licitação, obrigar-se-á a trocá-los **no prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.

5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral de 2023.

Proj/Ativ. 2.080 - Manutençã o das Atividades do Hospital Oscar Ramires Ferreira

Elemento de Despesas (98) 3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.500 (0500) Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica

Proj/ Ativ. 2.083 - Capitação Ponderada - APS - Atenção

Elemento de Despesas; (125) 3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.500 (0500) Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física

Elemento de Despesas; (129)3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.621 (0621) Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O Contrato terá vigência de 12 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, acrescido e/ou suprimido (até 25%), nos termos da Lei n.º 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

7. PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será, efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, em conformidade com a legislação vigente, ou seja, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, acompanhada dos seguintes documentos:

7.1.1 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social – CND (INSS), mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;

7.1.4 - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

7.1.5 - A comprovação da Regularidade Trabalhista consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

8. INDICAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

8.1 - Ficam designados como fiscal do presente contrato a Sr^a Camila Martins de Araújo, CPF 841.621.201-53 e como suplente a Sr^a Jaqueline Aparecida Peralta, CPF 037.278.911-06, conforme dispõe o art. 67 da Lei Federal 8.666/93.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2 - Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;

9.3 - Não transferir a outrem o objeto do Contrato;

9.4 A contratada deverá fornecer a emissão dos Laudos imediatamente após receber a autorização de fornecimento emitida pelo Hospital Oscar Ramires Pereira, unidade de Saúde de Porto Murtinho - MS.

9.5 -A contratada deverá usar papel de boa qualidade, com serviços de serigrafia coloridas conforme especificações a serem fornecidas pela contratante.

9.6 - A contratada deverá pagar todos os impostos estadual, federal, municipal, incluindo trabalhistas e outros encargos sociais e patronais no cumprimento do objeto da contratação.

9.7 - A contratada deverá comunicar à Prefeitura (Secretaria de Saúde), imediatamente qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços objetivados no presente Contrato.

9.8 - Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;

9.9 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

9.10 - Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;

9.11 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

9.12 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

9.13 - Todas as segundas vias, emitidas, de resultados de exames será de total responsabilidade da contratada, sem ônus para a contratante;

9.14 - É de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

10.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3 - Responsabilizar pelos conteúdos a serem impressos nos materiais gráficos

10.4 - Conferir os materiais gráficos no ato da entrega, verificando se esta de acordo com a autorização de fornecimento, caso não deverá ser devolvido, e a contratada tem até 05 (cinco) dias para repor os materiais gráficos.

10.5 -Efetuar os pagamentos mediante apresentação da fatura devidamente acompanhada da autorização de fornecimento e atestada.

10.6 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, na forma prevista no artigo 67 da Lei 8666/93;

10.7 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

10.8 - Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pela contratada;

10.9 - Solicitar a substituição imediata de qualquer material ou equipamento que não atenda as exigências do serviço;

10.10 - Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital;

10.11 - Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;

10.12 - Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

10.13 - A Administração se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços em desacordo com o pactuado entre as partes.

11 - DAS INFORMAÇÕES AO LICITANTE

11.1. Os licitantes poderão contatar com o Departamento de Licitação pelo telefone (67) 3287-4506 para sanar dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao fornecimento a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes.

Porto Murtinho/MS, 16 de Maio de 2023.

André Emanuel Gonzale Osorio
Chefe de Divisão de Orçamento e Finanças
Decreto 14.020/2022

De acordo.

Édna Medina
Gerente de Apoio Administrativo e Operacional
Portaria nº 041/2023

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2023
PREGÃO Nº/2023

A _____ por intermédio do seu _____ (representante ou procurador), declara ao Município de Porto Murtinho/MS, que atende a todas as condições de habilitação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2023, PREGÃO Nº/2023.**

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

.....
nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS	MODALIDADE PREGÃO	NÚMERO xx/2023	PROCESSO LICITATÓRIO xx/2023	Nº	
Proponente:					
Endereço:					
Cidade				Estado:	
Telefone/Fax:				E.mail:	
Item	ESPECIFICAÇÃO	Qtd	Und.	Valor Unitário	Valor Total
LOTE 1					
01	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter eletivo), prazo de entrega 24H no mínimo de 120 exames. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.</p> <p>COMODATO: 1 (um) Aparelho de Eletrocardiograma em comodato, 7-12 derivações acompanhado por um visor e teclado, a versão básica pode adquirir e transmitir um traçado de ECG no formato analógico para um PC remoto através de ondas sonoras. O aparelho tem a possibilidade opcional de armazenamento de até 75 ECG no formato digital SPC e de transmitir os dados para o PC via cabo USB ou através de uma conexão sem fios utilizando o Bluetooth. Pilhas AA recarregáveis ou padrão; • Sistema de visualização que permite pelo menos 1 canal de ECG para ser monitorado (serviço de proteção por senha, desabilitado de fábrica); • Teclado funcional para operações de gravações e envio de testes de ECG; • Teclado minimizado alfanumérico para dar entrada nos dados do paciente (desabilitado no produto básico); • Habilidade para arquivar e armazenar 12 derivações padrão com um cabo de 10 vias, ou 7 derivações (6 periféricas e 1 precordial) adquiridas com um cabo de 5 vias; • Habilidade para estocar um teste de ECG por 10 segundos em formatos de 12 ou 7 derivações; • Habilidade para transmitir ECG em formato análogo via ondas sonoras; Especificações funcionais opcionais: • Opção Digital, acompanhado dos cabos para realização do exame.</p> <p>Manutenção preventiva, corretiva e calibração pelo tempo de uso, por conta do fornecedor, sempre substituindo o equipamento quando necessário para não haver interrupção no serviço.</p>	12	MÊS		
02	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter eletivo), prazo de entrega 24H, será cobrado por exame, somente após exceder o quantitativo mínimo de 120 exames, previsto no item anterior. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.</p>	60	UND.		

	LOTE 2				
03	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter URGÊNCIA, prazo de entrega em até 15 MINUTOS com no mínimo de 60 exames. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital.</p> <p>COMODATO: 1 (um) Aparelho de Eletrocardiograma em comodato, 7-12 derivações acompanhado por um visor e teclado, a versão básica pode adquirir e transmitir um traçado de ECG no formato analógico para um PC remoto através de ondas sonoras. O aparelho tem a possibilidade opcional de armazenamento de até 75 ECG no formato digital SPC e de transmitir os dados para o PC via cabo USB ou através de uma conexão sem fios utilizando o Bluetooth. Pilhas AA recarregáveis ou padrão; • Sistema de visualização que permite pelo menos 1 canal de ECG para ser monitorado (serviço de proteção por senha, desabilitado de fábrica); • Teclado funcional para operações de gravações e envio de testes de ECG; • Teclado minimizado alfanumérico para dar entrada nos dados do paciente (desabilitado no produto básico); • Habilidade para arquivar e armazenar 12 derivações padrão com um cabo de 10 vias, ou 7 derivações (6 periféricas e 1 precordial) adquiridas com um cabo de 5 vias; • Habilidade para estocar um teste de ECG por 10 segundos em formatos de 12 ou 7 derivações; • Habilidade para transmitir ECG em formato análogo via ondas sonoras; Especificações funcionais opcionais: • Opção Digital, acompanhado dos cabos para realização do exame.</p> <p>Manutenção preventiva, corretiva e calibração pelo tempo de uso, por conta do fornecedor, sempre substituindo o equipamento quando necessário para não haver interrupção no serviço.</p>	12	MÊS		
04	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA CARDIOLÓGICA (interpretação e emissão de Laudos de Exames de Eletrocardiograma de caráter URGÊNCIA, prazo de entrega em até 15 MINUTOS, será cobrado por exame, somente após exceder o quantitativo mínimo de 60 exames, previsto no item anterior. Com equipe disponível para atendimento 24 horas por dia, atendendo as necessidades do hospital.</p>	60	UND.		
	LOTE 3				
05	<p>SERVIÇO DE TELEMEDICINA RADIOLÓGICA. Interpretação e emissão de Laudos de Exames de Raio-X de caráter eletivo e de urgência para pacientes internados e ambulatorial através de imagem digitalizada e/ou arquivo DCM/DICOM, com equipe radiológica a disposição 24 horas por dia, os exames deverão ser respondidos em até 24 H. atendendo as necessidades do hospital e Atenção Primária à Saúde.</p>	6.000	UND.		

	VALOR TOTAL: R\$.....(.....)	
	<p>Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de 60 dias.</p> <p>_____ - _____, _____ de 2023.</p> <hr/> <p>CARIMBO E ASSINATURA</p>	<p>CARIMBO CNPJ</p>

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na Rua, nº, Bairro nº, na cidade de, estado, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do certame licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2023, DECLARA**, expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) detém conhecimento de todos os parâmetros e elementos do objeto da licitação e que sua proposta atende integralmente os requisitos constantes do Edital supracitado;

b) que **inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação**, na forma do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e suas modificações introduzidas posteriormente;

c) **que não esta inadimplente** com fornecimento de itens, nem descumpriu quaisquer contratações junto à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

d) para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que **não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo CNPJ

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO Nº
PREGÃO Nº...../2023

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO/MS E A EMPRESA _____

I - CONTRATANTES: O MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º xxxxxxxxxxxx, com sede administrativa localizada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Porto Murtinho-MS, neste ato representado pelo seu XXxxx Municipal, o Senhor, xx, e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida à Rua, na cidade de, Estado de Mato Grosso do Sul, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por residente e domiciliado à Rua, n.º no Bairro nesta cidade, portador do RG n.º e, ajustam o presente Contrato, mediante às cláusulas e condições aqui estipuladas.

II - FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONTRATO é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e pelo Decreto Federal n. 8.538/2015, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023, PREGÃO Nº XXX/2023, que faz parte integrante deste.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste contrato a **Contratação de pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X) e Laudos de Eletrocardiograma (Eletro) + um aparelho em comodato, para atender as demandas do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira e Atenção Primária a Saúde do município de Porto Murtinho, pelo período de 12 (doze) meses.**

1.1. As quantidades e a discriminação detalhada dos serviços, objeto deste contrato, constam no formulário de Termo de Referência, anexo I, qual faz parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, daquelas descritas no Edital e Termos de Referência, são obrigações da **CONTRATADA:**

2.2 - Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

2.3 - Arcar com os custos inerentes a execução dos serviços objeto do contrato;

2.4 - Não transferir a outrem o objeto do Contrato;

2.5 A contratada deverá fornecer a emissão dos Laudos imediatamente após receber a autorização de fornecimento emitida pelo Hospital Oscar Ramires Pereira, unidade de Saúde de Porto Murtinho - MS.

2.6 -A contratada deverá usar papel de boa qualidade, com serviços de serigrafia coloridas conforme especificações a serem fornecidas pela contratante.

2.7 - A contratada deverá pagar todos os impostos estadual, federal, municipal, incluindo trabalhistas e outros encargos sociais e patronais no cumprimento do objeto da contratação.

2.8 - A contratada deverá comunicar à Prefeitura (Secretaria de Saúde), imediatamente qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços objetivados no presente Contrato.

- 2.9 - Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;
- 2.10 - Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- 2.11 - Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- 2.12 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, apresentando com a fatura mensal os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 2.13 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 2.14 - Todas as segundas vias, emitidas, de resultados de exames será de total responsabilidade da contratada, sem ônus para a contratante;
- 2.15 - É de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;

2.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, daquelas descritas no Edital e Termos de Referência, são obrigações da **CONTRATANTE**:

- 2.1 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 2.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 2.3 - Responsabilizar pelos conteúdos a serem impressos nos materiais gráficos.
- 2.4 - Conferir os materiais gráficos no ato da entrega, verificando se está de acordo com a autorização de fornecimento, caso não deverá ser devolvido, e a contratada tem até 05 (cinco) dias para repor os materiais gráficos.
- 2.5 - Efetuar os pagamentos mediante apresentação da fatura devidamente acompanhada da autorização de fornecimento e atestada.
- 2.6 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, na forma prevista no artigo 67 da Lei 8666/93;
- 2.7 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
- 2.8 - Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pela contratada;
- 2.9 - Solicitar a substituição imediata de qualquer material ou equipamento que não atenda as exigências do serviço;
- 2.10 - Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital;
- 2.11 - Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;
- 2.12 - Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 2.13 - A Administração se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços em desacordo com o pactuado entre as partes.

3. CLAUSULA TERCEIRA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1.1 Dar início aos serviços objeto desta Licitação imediatamente após o recebimento da ordem de início.
- 3.1.2 Realizar os serviços “in loco” por técnicos especializados da empresa,
- 3.1.3 A realização da transmissão por ondas sonoras não é uma obrigatoriedade, podendo ser sonoro ou digital, é muito importante que o equipamento realize a gravação do exame de forma remota (beira-leito);
- 3.1.4 Prestar os serviços descritos com presteza, seriedade e objetividade.
- 3.1.5 Utilizar profissionais que possuam conhecimentos compatíveis ao objeto licitado.
- 3.1.6 Fornecer suporte técnico durante a vigência contratual, por telefone, fac-símile, e-mail e Internet, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a partir da data do termo de recebimento.
- 3.1.7 Dispor ao atendimento para registro de solicitações de suporte técnico no horário comercial, de 8:00h às 18:00h ininterruptamente, nos dias úteis.
- 3.1.8 O suporte técnico deverá ser prestado no regime 8x5 (oito horas por dia de segunda-feira à sexta-feira), para solução dos problemas registrados.

3.2 - OS PRAZOS PARA OS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS SERÁ:

- 3.2.1 - Para os Laudos de Exames Cardiológicos de rotina: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**
- 3.2.2 - Para os Laudos de Exames Cardiológicos de pacientes internados: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**
- 3.2.3 - Para os Laudos de Exames Cardiológicos em caráter de urgência: deverão ser respondidos no prazo máximo de **15 minutos, contadas a partir do envio do mesmo.**
- 3.2.4 - Para os Laudos de Exames de Raio- X de rotina: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**
- 3.2.5 - Para os Laudos de Exames de Raio- X de pacientes internados: deverão ser respondidos no prazo máximo de **24 horas, contadas a partir do envio do mesmo.**
- 3.2.6 - Constatada qualquer irregularidade na entrega do serviço, a empresa vencedora da Licitação, obrigando-se a trocá-los **no prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 O valor total dos serviços, ora contratados, é de R\$ (.....).
- 4.2 Nos preços contratados presumem-se inclusos todos os custos para execução dos serviços.
- 4.3 O pagamento decorrente da execução do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em **até 30 (trinta) dias** após a apresentação da NOTA FISCAL, devidamente atestada, acompanhada da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 4.4 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.
- 4.5 – Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 4.6 A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicados em decorrência da irregular execução contratual.
- 4.7 A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ (s).

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização da execução do objeto ora contratado será realizada por funcionário da CONTRATANTE, designada pela autoridade competente;

Parágrafo Único - Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial dos serviços, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a **CONTRATADA**.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

PORTO MURTINHO MS, _____, _____, _____

XXXXXX Municipal
(Contratante)

(Contratada)

Testemunhas:

1) _____

2) _____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº...../2023
PREGÃO Nº...../2023

(Nome da Empresa), CNPJ nº XXX, declara para os devidos fins, que não recai sobre si nenhuma decisão administrativa ou judicial que a impeça de contratar com a Administração Pública, em decorrência de penalidades aplicadas em decorrência da aplicação das disposições contidas nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002

Local e data.

.....
nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

ANEXO VIII
MODELO DA PROCURAÇÃO PARTICULAR

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante e com firma reconhecida e apresentada fora dos envelopes de propostas e documentação).

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc.)

OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: Representar a **OUTORGANTE** perante o **MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO-MS** NO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº/2023.**

PODERES: Para pronunciar-se em nome da **<NOME DA EMPRESA>**, bem como formular ofertas e lances de preços verbais, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, desistir de recursos, e praticar todos os demais atos inerentes a Sessão Pública do Certame.

Local, data, razão social, nome e assinatura do representante legal.

ANEXO IX
MODELO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº XXX/2023
Modalidade: Pregão Presencial nº XXX/2023

A (razão social), inscrita no _____ (ex. CNPJ) sob o n. 00.000.000/0000-00, com sede no endereço _____, CREDENCIA o(a) Senhor(a) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil), (Profissão e endereço) _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado (ou de forma genérica para licitações em geral), o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da EMPRESA, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo dará por firme e valioso.

Local e data.-----

Assinatura

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Processo Administrativo nº XXX/2023
Modalidade: Pregão Presencial nº XXX/2023

A (NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº 000.000.000-00, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que sua empresa se enquadra como _____, e cumpre os termos da legislação vigente, artigos 3º e 42º a 49º da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data. _____

(Assinatura do Representante da Empresa)

Contador: nome e assinatura

CRC nº _____

ANEXO XI
DECLARAÇÃO

A inscrita no CNPJ n....., com sede na Rua.....,
DECLARA:

- a) Estão inclusos nos preços propostos quaisquer gastos ou despesas com transporte, frete, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na entrega do objeto deste edital;
- b) Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
- c) Declaração expressa da licitante, se comprometendo a dar todo suporte técnico quando necessário para o gerenciamento do sistema.

Local.....

Data.....

Assinatura do responsável e carimbo do CNPJ